



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015
RELATÓRIO**

1º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE DUQUE DE CAXIAS /RJ

competência: cível, previdenciária e criminal

Juiz Federal Titular: ANDRÉA DAQUER BARSOTTI

**Juiz Federal Substituto: RENATA COSTA M. MUSSI LOPES E
LUCAS FERNANDES CALIXTO**

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 17 a 21 de agosto de 2015, a correição ordinária eletrônica do 1º Juizado Especial Federal de Duque de Caxias/RJ, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar conferir maior celeridade aos feitos e reduzir o acervo.
2. Regularizar a situação do processo n. 0049388-68.2005.4.02.5151 - mais antigo com prazo vencido, remetido ao autor em 29/03/2006, com prazo expirado em 10/04/2006, e que consta também como baixado, desde 09/05/2006.
3. Classificar corretamente no sistema a sentença do processo n. 00021445720144025110, que ora consta como sentença extintiva de punibilidade - perdão aceito - perdão judicial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

4. Observar o prazo de intimação de sentenças, previsto no art. 181 da CNCR, tendo em vista o intervalo de 36 dias entre a conclusão e intimação, verificado na planilha Apolo-Excel “Intimados”.
5. Revisar a classificação das sentenças proferidas, classificadas como tipo “A”, de fundamentação individualizada, considerando a identificação de amostras classificadas equivocadamente, bem como de forma a evitar a classificação como “vazias”.
6. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, observando-se o expressivo número (74) de processos em tal situação.
7. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 (execução) no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 360 processos com tal fase não informada.

➔ **PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Através do Ofício n.º 9943/2015 - MPF/PR/RJ/GABPC, de julho de 2015 foi encaminhada portaria n.º 823, de 6 de julho de 2015, foi designado o Procurador Eduardo Ribeiro G. El-Hage, para acompanhar os a correição trabalhos da Correição Ordinária.

A Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 99-DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27/05/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

➔ **ATUAÇÃO DOS JUÍZES**

**(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º,
TRF da 2^a Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2^a
Região)**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

Titular: Andréa Daquer Barsotti, em exercício desde abril/2005 (inauguração do JEF).

Substituto: Renata Costa Moreira Musse Lopes, em exercício desde e Lucas Fernandes Calixto, em exercício desde ***.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores:

Analistas Judiciários: 01

Técnicos Judiciários: 10

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição e Mapa: Planilha Apolo Excel – Intimados.

→ ACERVO TOTAL
(artigos 32 a 36 da CNCR)

	CORREIÇÃO 2013	CORREIÇÃO 2015
Acervo Total	1.415	2.047
Suspensos	72	424
Ag. julgamento recurso		420
Tramitação ajustada	1.343	1.623



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ACERVO TOTAL: CÍVEL + CRIMINAL = 2.047

MATÉRIA CÍVEL:

Total: 2039

Suspensos: 422

Em tramitação ajustada: 1.617

MATÉRIA CRIMINAL:

Total: 08

Suspensos: 02

Em tramitação: 06

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2013 e Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de agosto/2015.

➔ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/08/2014 a 31/07/2015):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	8.273	63,90	6
Decisão	1.617	12,49	6
Sentença	3.056	23,61	36
Total Geral	12.946	100,00	13



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de agosto/2015. Planilha Apolo Excel – Intimados. Posição em 31/07/2015.

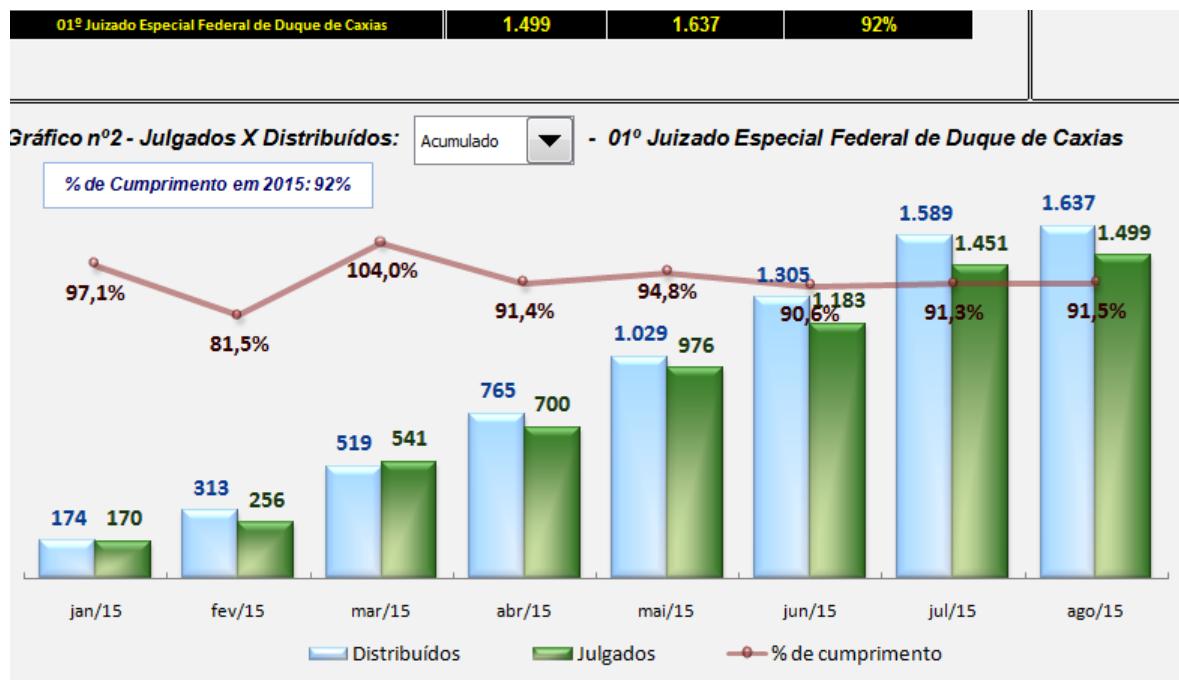
→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 18/08/2015, verifica-se que, no juízo correionado, o percentual de cumprimento da meta foi de 92%, como ilustra o gráfico a seguir:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Constam 00 processos pendentes de julgamento:

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 18/08/2015, e consultas ao Sistema Apolo, **posição até 18/08/2015**.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica.

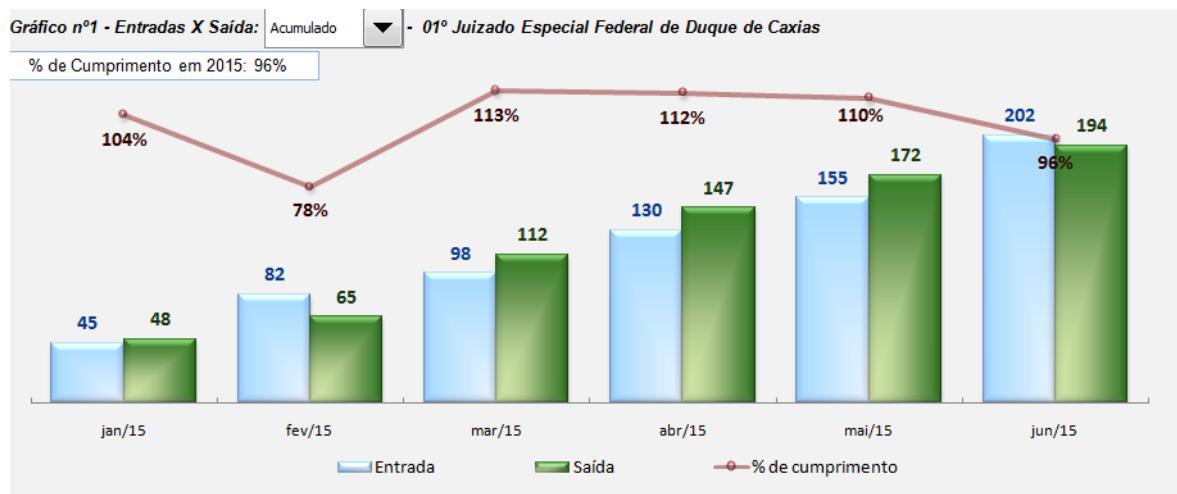
V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 18/08/2015, verifica-se que, no juízo correionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 96%**, como ilustra o gráfico a seguir:



VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau)

Não se aplica.

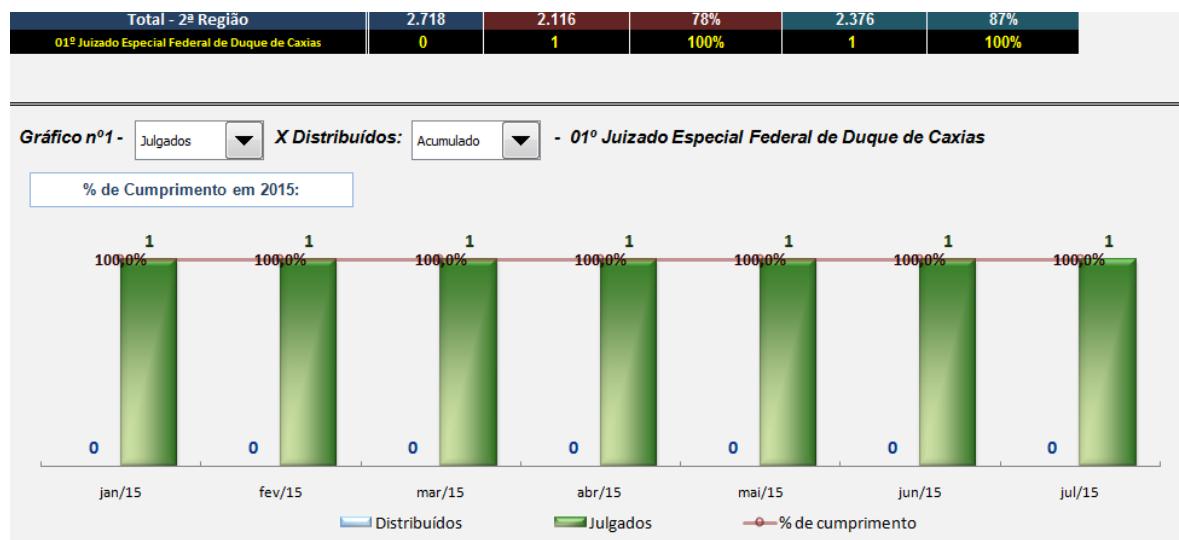
VII – METAS ESPECÍFICAS PARA 2015 (Meta 7):

A) Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente (Meta 7 de 2015)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 18/08/2015, verifica-se que, no juízo correionado, o percentual de cumprimento da meta foi de 100%, como ilustra o gráfico a seguir:



- B) Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013 (Meta 8 de 2015).

[Nada consta].

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 18/08/2015.

→ AUDIÊNCIAS (DE 17/01/2015 A 31/07/2015)
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 356 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 21/01/2015 e a última de 30/07/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências, e **Questionário pré-correição**.

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS

1. INICIAIS **(Artigos 305 a 316 da CNCR)**

constam os seguintes locais virtuais:

"INICIAIS ASSUNTO SEM PERICIA"

"INICIAIS ASSUNTO COM PERÍCIA"

De acordo com o questionário pré-correição, existem quatro processos com prazo de conclusão para despacho vencido, constando prazo mínimo 37 dias, prazo máximo de 62 dias.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.

Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e
módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

2. BALCÃO DE ENTRADA

48 documentos, sendo o mais antigo de 13/08/2015.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 20/08/2015, às 15:41h.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Segundo o Questionário de Pré-correição, há um servidor responsável pela análise de iniciais/prevenção. Os processos distribuídos para o juízo são analisados no mesmo dia. Excepcionalmente quando o número de iniciais altera a quantidade comum são analisados no dia seguinte de regra.

Por sua vez, segundo o Relatório de Inspeção Anual entregue pelo juízo correionado não existem processos pendentes de verificação de prevenção.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.10.1, e Relatório de Inspeção Anual, item **, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/08643, de 01/06/2015, realizada no período de 18/05 a 22/05/20105.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: (Arts. 227 da CNCR)

- a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 04
- b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: não consta
- c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: não consta

Posição em	17/08/2015
Conclusão até	17/07/2015

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	4	100
Decisão	0	0,00
Sentença	0	0,00
Total Geral	4	100,00

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0001043-39.2013.4.02.5168 (2013.51.68.001043-2) - classe 51002 - benefício previdenciário. Autuado em 03/04/2013, art. 253 - Distribuição por Dependência em 03/04/2013. Concluso ao magistrado(a) RAFAEL RIHAN PINHEIRO AMORIM em 15/06/2015 para Despacho. Último despacho - Fls. 182/183. *Nada a prover, tendo em vista que já houve preclusão consumativa, havendo concordância da parte autora com os cálculos às fls. 170. Nada sendo requerido, retornem os autos ao arquivo. Duque de Caxias, 15 de junho de 2015.*

0150015-14.2014.4.02.5168 (2014.51.68.150015-0). Classe 51002 ben. previdenciário. Processo de Conhecimento - localização eletrônica: prazo autor - 26/08/2015. Autuado em 10/09/2014. Redistribuição Livre em 12/09/2014 para 01º Juizado Especial Federal de Duque de Caxias. Concluso ao Magistrado(a) ANDREA DAQUER BARSOTTI em 18/06/2015. Último despacho *Chamo o feito à ordem para desconsiderar os despachos de fls. 104 e 107. Manifeste-se a parte autora sobre os cálculos de fls. anteriores, tendo conta que saldo negativo. Após, nada sendo requerido, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Duque de Caxias, 18 de junho de 2015.*

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO: (Arts. 228 da CNCR)

Total: 74

- a. entre 31 e 60 dias: 55
- b. há mais de 60 dias: 19

Posição em	17/08/2015
Último Movimento até	17/07/2015

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	55	74,32



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Mais de 60	19	25,68
Total Geral	74	100,00

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

0016959-45.2015.4.02.5168 (2015.51.68.016959-4) Classe 51002 - juizado/previdenciária - Processo de Conhecimento. Autuado em 23/02/2015. Distribuição-Sorteio Automático em 23/02/2015 para 01º Juizado Especial Federal de Duque de Caxias. localização eletrônica: aguardando laudo pericial - perícia: 06/08/2015 - Dra. Fátima Cristina (oftalmologista) 109 dias.

Em igual situação estão os processos n. 0025929-34.2015.4.02.5168 (2015.51.68.025929-7), 00322439320154025168 (2015.51.68.032243-8),

0023577-06.2015.4.02.5168 (2015.51.68.023577-3) - 51002 - JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA - Procedimento do Juizado Especial Cível - Processo de Conhecimento - localização eletrônica: agd. laudo pericial - perícia: 27/08/2015 - Dr Marcelo. Autuado em 11/03/2015.

00164398520154025168 (2015.51.68.016439-0) - aguardando mandado de verificação social, fazendo constar os telefones e pontos de referência fornecidos pela parte autora.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 17/08/2015.

**6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA
(Arts. 180 e 318 da CNCR)**

Aguardando juntada, em 17/08/2015, 26 documentos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Além do supervisor e o diretor, outros três servidores são responsáveis pela análise das petições iniciais, análise dos pedidos de antecipação de tutela, petições intercorrentes e juntadas.

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual, todas as petições pendentes são juntadas no dia seguinte à remessa para balcão de entrada do juízo.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 18/08/2015, e Relatório de Inspeção Anual, item 05, Fonte: Questionário pré-correição, item 3.10.1, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/08643, de 01/06/2015, realizada no período de 18/05 a 22/05/2015.

**7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS
(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).**

Existem os seguintes locais virtuais:

Prazo - Contrarrazões
Prazo - EADJ
Prazo - MPF
Prazo - PFN
Prazo - PRF
Prazo - Autor
Prazo - Autor - sentença extintiva
Prazo - CEF
Prazo - ECT
Prazo - INSS
Prazo - INSS atrasados
Prazo - INSS manifestação sobre laudos
Prazo - Recurso sentença
Prazo - União



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 20/08/2015.

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Existem os seguintes locais virtuais:

- Aguardando devolução de mandado
- Aguardando laudo
- Aguardando citação/intimação web
- Aguardando cumprimento de transação penal
- Aguardando expedir mandado
- Aguardando RPV, etc

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 20/08/2015

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 da CNCR)

- não consta

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 20/08/2015.

10. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	08/2014 a 07/2015
	Processos	10.440



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

	Boletins	160
	Média (Proc. / Bol.)	65,25
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,18

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 17/08/2015

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 102 processos com prazo vencido, sendo o mais antigo deles o de n.º 0049388-68.2005.4.02.5151, constando remetido ao autor, em 29/03/2006, prazo expirado em 10/04/2006. Porém, consta localização eletrônica como escaninho de processos baixados II (dois) - baixa de baixa - findo. Baixa: Tipo - Baixa - Findo em 09/05/2006.

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 10/06/2015, referente ao periodo de 01/01/1900 a 31/05/2015.

12. SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS

- a) Total de processos suspensos (em 17/08/2015): 424
 - . Cíveis: 422
 - . Criminais: 02 termos circunstanciados aguardando decisão de instância superior
- b) Motivo da suspensão:
 - Repercussão geral- 12
 - Aguardando decisão de instância superior - 397
 - Art. 89, Lei 9.099/95 - nada consta
 - Outros - Fase/Processo Execução -nada consta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Outros - Fase Conhecimento - 04
- Outros - Processos Criminais - 02

c) Análise dos processos:

Observações sobre a suspensão dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar, foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

00055230720064025168 - o motivo constante da suspensão está registrado como "aguardando julgamento de recurso". Porém, de acordo com a localização eletrônica do Sistema Apolo, constatou-se que o processo está suspenso aguardando julgamento do AI em RE 744556 - repercussão geral (remuneração de militares), devendo, portanto, estar classificado como "aguardando julgamento do STF, de acordo com o art. 543-B e §§ 1º e 2º, já que tal motivo, mais específico, foi criado e consta da classificação.

- aguardam decisão do STJ no RESP Nº 1381683- PE TR-FGTS. 00724174720154025168, 00718978720154025168, 00790134720154025168, 05002368820154025168, 00623875020154025168
- 00011785620104025168 - expurgos/ caderneta de poupança REsp 1.110.549-rs

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 17/08/2015, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 20/08/2015**.

13. SENTENÇAS:

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 3.056



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

1. PROCESSOS PARES E ÍMPARES

Obs. O mapa foi emitido com erro do sistema, constando no campo "FINAL" apenas "#NOME?"), não havendo possibilidade de diferenciar os processos pares de ímpares, e os números abaixo expressam a soma dos processos de final par e ímpar.

- a. Convertidas em diligência: 489
- b. Embargos de declaração: 067
- c. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação: 241
 - ii. Condenatória: 02
 - iii. Extinção da execução:
 - iv. Improcedente: 1028
 - v. Improcedente – dispensada citação: 17
 - vi. Procedente: 116
 - vii. Procedente em parte: 149
 - viii. Reconhecida prescrição/decadência: 42
 - ix. Reconhecimento da procedência do pedido: 747
 - x. Procedente com tutela deferida: 162
 - xi. Procedente em parte com tutela deferida: 278
- d. Sem resolução de mérito: 427
 - i. Desistência da ação: 08
- e. **Vazias: 53**

14. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA (Res. 535/2006 do CJF)

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011). Foram inspecionados os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

00021719420134025168
00009738520144025168
00000661320144025168
00035411120134025168
01005512120144025168

2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

00044427620134025168
00024611220134025168
01095904220144025168
00417958220154025168
00516672420154025168

2.1 Sem classificação no corpo da sentença:

Não foi encontrada nenhuma sentença tipo B-2 sem classificação nas amostras pinçadas.

3. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

00020044320144025168
01066804220144025168
01324061820144025168
01420343120144025168



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00027778820144025168

3.1 Sem classificação no corpo da sentença:

Nas amostras pinçadas não foram encontradas sentenças tipo C sem classificação.

4. Sentenças tipo D-1 (condenatórias):

01279323820134025168
01551809520144025118

5. Sentenças tipo E-1 (extintivas de punibilidade - art. 107, CP):

00000150220144025168 - Juizado - ações penais.

00021445720144025110 - Processo de classe 51001 - juizado cível. A sentença indeferiu a petição inicial, julgando extinto o processo sem resolução do mérito, com fulcro nos artigos 284, parágrafo único, c/c 295, VI e 267, I, todos do CPC. Como se pode depreender, tal sentença não se enquadra no tipo E, mas sim no tipo C, sem resolução de mérito.

00055146920114025168 - Termo circunstanciado
Não foi encontrada sentença registrada no sistema

5.1 Sem classificação no corpo da sentença:

não foi encontrada, dentro das amostras colhidas

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição em 21/08/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)
(Art. 217 da CNCR):

Conforme item 3.3.2. Os feitos com prioridade legal, bem como aos processos incluídos nas Metas do CNJ: Os pedidos de prioridade são deferidos no despacho inicial. A partir da autoinspeção, serão tomadas medidas para incluir no planejamento do juizado ações com vistas a dar um tratamento especial aos processos incluídos nas Metas do CJF.

16. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

Segundo o item 3.3.4 do questionário de pré-correição, os processos são julgados por ordem cronológica de conclusão para sentença no ponto de vista geral, porém com prioridade para os benefícios previdenciários de auxílio doença/aposentadoria por invalidez e LOAS e os com prioridade legal.

Locais Virtuais, nesta ordem:

AA - mesa Dr. Lucas Calixto

AA - Mesa Dr. Rafael Hihian

AA - mesa Dra Andrea Barsoti

AA - mesa Dra. Renata Costa

GAB - aposentadoria especial

GAB - apos. por idade

GAB - apos. por tipo de contribuição

GAB - danos morais

GAB - diversos

GAB - audiência

GAB - Entrada

GAB - extinção sem resolução de mérito

GAB - gratificação desempenho



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

GAB - LOAS

GAB - Pensão

GAB - repetição de indébito

GAB - FGTS - expurgos

GAB - Revisão de RMI

GAB - sentença aposentadoria por invalidez

Fonte: Questionário de pré-correição, e Balcão de Entrada no sistema Apolo

17. EXECUÇÃO
(art. 333 da CNCR)

Fase 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Informada	178	178
		Não Informada	360	360
		Não aplicável	3	3
	Sem sentença	Total	541	541
		Não Informada	1113	1113
		Não-aplicável	3	3
		Total	1116	1116

Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados com trânsito em julgado, sem tal fase informada.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 21/08/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

18. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 01/08/2014 a 31/07/2015).
(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Total de requisições: 1.307
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 112 dias.

- RPV's:

- . Cadastrados: 1.285
- . Enviados: 1.278

- Precatórios (Parcela única):

- . Cadastrados: 22
- . Enviados: 21

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 21/08/2015

→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS

(Artigos 356 a 358 da CNCR)

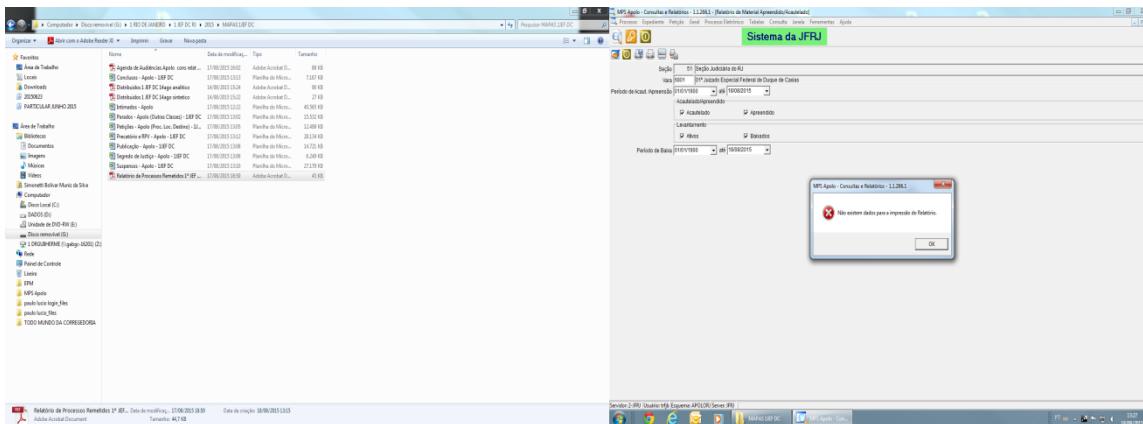
De acordo com o item 3.4.2.g do questionário pré-correição: nenhum

Total de processos com bens penhorados:

Conforme a colagem abaixo, "não existem dados para a impressão do Relatório"



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 18/08/2015, e consultas ao andamento processual respectivo, posição até 21/08/2015.

→ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)

Total de acautelamentos/apreensões: não consta**

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/cautelado, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo, e consultas ao Apolo, posição até 21/08/2015.

→ **LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS**
(ART. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o item 5 do Questionário pré-correição, os Juizados Eletrônicos são regulamentados, quanto aos livros e pastas que devem ser mantidos, pelo Provimento nº 12, de 23 de setembro de 2004 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região.

Os livros e as pastas obrigatórios submetidos à vistoria encontram-se em ordem, abertos, nomeados, numerados, rubricados e encerrados na forma da lei, quais sejam:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- a) *Livro de Ponto- mantido por meio físico;*
- b) *Livro de Reclamações- mantido por meio físico;*
- c) *Livro Tombo - livro obrigatório, mantido em meio eletrônico, como determina o item I do art. 2º do Provimento acima mencionado;*
- d) *Livro de Carga a Advogados e Peritos – livro obrigatório, a ser mantido em meio eletrônico, como determina o item II do art. 2º do Provimento – não é possível a manutenção deste livro, já que os advogados e peritos não retiram fisicamente os autos da secretaria;*
- e) *Livro de Remessa ao Contador – livro obrigatório, a ser mantido em meio eletrônico, como determina o item III do art. 2º do Provimento – não é possível a manutenção deste livro. Entretanto, é possível controlar a data de remessa dos processos ao setor de contadaria. ”*

Por sua vez, nos termos do relatório de inspeção anual, existem as seguintes pastas:

- a) *Pasta de alvarás - desde a última inspeção anual foram expedidos 411 alvarás judiciais, no valor total de R\$ 1.600.272,52 (um milhão, seiscentos mil, duzentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos);*
- b) *Pasta de alvarás cancelados – não foram inutilizados alvarás de levantamento;*
- c) *Pasta de Relatórios de Inspeções e Correções do Juízo;*
- d) *Pasta de Atas de Audiência - pasta obrigatória, mantida em meio eletrônico, como determina o item IV do art. 2º do Provimento – trata-se, na verdade, de listagem através da qual se obtém a relação de processos nos quais foi elaborada Ata de Audiência, a data de realização desta e seu conteúdo;*
- e) *Pasta de Suspensão Condicional do Processo - pasta obrigatória, mantida em meio eletrônico, como determina o item V do art. 2º do Provimento;*
- f) *Pasta de Sentenças - pasta obrigatória, mantida em meio eletrônico, como determina o item VI do art. 2º do Provimento;*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- g) Pasta de Mandados - pasta obrigatória, mantida em meio eletrônico, como determina o item VII do art. 2º do Provimento;*
- h) Pasta de Ofícios - pasta obrigatória, mantida em meio eletrônico, como determina o item VIII do art. 2º do Provimento;*
- i) Pasta de decisões deferitórias de tutela (mantida por meio eletrônico).*

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofícios nº JFRJ-OFI-2015/08643 e 2015/10949).

→ ESPAÇO FÍSICO

Nada foi relatado sobre o espaço físico e instalações do juízo correicionado no Questionário pré-correição, bem como no Relatório de inspeção anual.

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/08643).

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado esclareceu que o *juiz e o diretor se reúnem semanalmente com o pessoal do gabinete com a finalidade de traçar metas semanais para reduzir o acervo dos processos conclusos para sentença e que no inicio de cada mês é feita uma avaliação dos dados estatístico do juizado com a finalidade de verificar o acervo, bem como a quantidade de sentenças proferidas no mês anterior. Na oportunidade é traçada a meta a ser alcançado no mês em curso.* E que as metas do Juízo são as metas estabelecidas pelo CNJ para 2015.

As metas fixadas pelo juízo descritas no item 6.2.1 e seguintes do Questionário são: Três meses: Julgar os processos distribuídos para o juízo até



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

31/12/2010. 6.2.2. Seis meses: Julgar os processos distribuídos para o juízo até 31/12/2011. 6.2.3. Um ano: Estudar o processo de trabalho do juízo com vistas a cumprir a meta 01, tendo em vista que não se tem controle da quantidade de demandas distribuídas mensalmente para o juízo.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Simonetti Bolivar Muniz da Silva, Mat. n.º 11.892